

FERNANDO CATROGA

Entrevista concedida a
Marieta de Moraes Ferreira¹

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2009

Marieta de Moraes Ferreira: *Professor, eu gostaria que o senhor falasse sobre as suas origens familiares e sua formação educacional, para conhecermos um pouco de sua trajetória de vida.*

Fernando Catroga: Quanto à origem social, meu pai chegou a ser operário corticeiro. Depois, montou um pequeno negócio ligado à cortiça, na época da Segunda Guerra Mundial, e, graças a um relativo sucesso, ele teve condições para nos dar, a mim e ao meu irmão, uma formação escolar que ultrapassava aquilo que na época se dizia ser ‘a regra’. Estou a me referir à instrução primária. De qualquer modo, essas possibilidades não se estendiam à frequência de ‘liceus’, mais elitistas. Estes situavam-se, sobretudo, nas capitais de distrito, ou seja, muito longe da minha aldeia, e isso implicava deslocamento e hospedagem nessas cidades. Por sorte, na sede do meu município, o Estado Novo instalou uma escola de ensino técnico para responder a algum desenvolvimento industrial entretanto ocorrido desde os finais dos anos 50. Pretendia-se formar contabilistas, operários e mestres de indústria especializados. E foi graças a essa oportunidade que, durante cinco anos, eu me preparei para ser técnico de contas. Para continuar, o sistema dificultava o acesso ao ensino médio e ao ensino superior, nomeadamente nas áreas que não apontavam para licenciaturas em economia e em engenharia. Felizmente, as possibilidades financeiras da família melhoraram. Fui para Lisboa a fim de frequentar o ensino médio comercial e preparar-me para entrar no curso de economia. Tal se deu nos inícios dos anos 60 e coincidiu com um período em que a juventude portuguesa estava um pouco como a juventude de todo o mundo: começava a politizar-se.

MMF: *E que idade o senhor tinha nessa época?*

FC: Eu nasci em 1945, portanto tinha cerca de 16 anos. Trazia a memória de um meio que era relativamente pobre em contraste com a grande cidade, trazia leituras e convivência, e sofri uma experiência de memória ligada ao im-

pacto que tiveram na opinião pública portuguesa as eleições presidenciais de 1958, de Humberto Delgado. Em Lisboa, acabei por sofrer um processo acelerado de politização, que me leva, ainda antes de entrar na universidade, a participar ativamente naquilo que nós hoje chamamos “a crise estudantil de 1962”. Era muito jovem ainda. Julgávamos que devíamos e que necessitávamos conhecer teoria para perceber aquilo que dizíamos. Alarguei o campo das leituras, muitas vezes por sugestões de mentores mais velhos, e liguei-me a setores próximos da única força política de oposição organizada, o Partido Comunista Português. E 1962 foi um ano que eu considero decisivo, crucial, porque também espoletou uma crise de vocação que, em 1963, me levou a desistir de cursar economia poucos meses depois de lá ter entrado.

MMF: *E por que a opção pela economia?*

FC: Como eu vinha do ensino técnico comercial, essa era a única saída. Para a mudar, os custos eram muito grandes. Perdíamos um ano, pois havia a necessidade de fazer, no liceu, as cadeiras complementares exigidas para se ingressar numa outra licenciatura. No meu caso, literatura, latim e grego.

MMF: *A opção envolvia, portanto, disciplinas de caráter cultural, teóricas.*

FC: Sim. Essa foi a minha opção para poder sair das ciências económicas, para entrar no curso de filosofia. Isso também coincidiu com o meu deslocamento geográfico. Isto é, quando fui fazer essas cadeiras necessárias para frequentar outro curso que não economia, decidi matricular-me em Coimbra. Por razões várias, incluindo a informação que tinha acerca do caráter mais aberto de alguns professores que ali ensinavam, comparados com os de Lisboa. Mas, foi uma formatura que sempre foi muito acompanhada pela atividade política.

MMF: *Nesse período, a situação política de Portugal ainda era muito complicada. Uma ditadura...*

FC: Coincide com a fase final do chamado salazarismo dentro do Estado Novo e, depois, com a subida ao poder do seu único sucessor, Marcelo Caetano. Também foi o tempo em que já estava presente, na vida política e social portuguesa, e em particular no horizonte da juventude, a realidade da guerra colonial em África. É igualmente um momento de grande crise social, que se traduz, por exemplo, no aumento da emigração para a Europa, nomeadamente

te para a França, e, sobretudo, numa superpolitização dos movimentos estudantis. Essa superpolitização já vinha acontecendo desde a crise de 62, e vai ter a sua expressão máxima num acontecimento que não foi só um reflexo direto do maio de 68 e do impacto da radicalização da juventude nos hábitos, nos costumes, na luta contra a guerra. Refiro-me à crise estudantil de 1969. Essa crise foi muito forte, mais forte que a de 62, e ela foi fortíssima em Coimbra. A tal ponto que nós conseguimos fazer uma coisa impensável nos movimentos estudantis portugueses na época: quase 90% dos estudantes da universidade fizeram greve aos exames, o que implicava a perda do ano escolar. E o próprio regime acabou por ir buscar linhas de compromisso, porque a repercussão da greve foi muito grande na opinião pública. De qualquer modo, se isso possibilitou um regresso à vida normal no ano seguinte, houve um grupo que acabou por ser castigado, uma vez que a polícia política indicou-o como líder do movimento. Isso ocorreu de maneira um pouco paradoxal, dado que se vivia a fase da chamada “primavera marcelista”, isto é, Marcelo queria mudar mas para que tudo continuasse na mesma. Ele não nos aprisionou – e eu digo *nos* porque ele escolheu 49, nos quais eu me incluía –, mas o regime obrigou-nos a prestar o serviço militar, quando, legalmente, tínhamos todas as condições para continuar ainda a estudar, segundo as regras definidas pelo próprio regime. Portanto, isso quebrou-me a possibilidade de concluir, em tempo útil e normal, o curso de filosofia.

MMF: *E como começou sua aproximação com a História?*

FC: A componente histórica era significativa no curso de filosofia, sobretudo nas cadeiras optativas, mais ligadas à história da filosofia e à história da cultura europeia e portuguesa.

Tive um excelente professor, que depois se tornou meu mestre, José Sebastião da Silva Dias. E as disciplinas que eu fiz com ele foram aquelas que me deram mais prazer. Depois do serviço militar, ele acabou por me informar que de maneira alguma eu poderia entrar no ensino universitário – e ele tinha dúvidas mesmo em relação ao ensino secundário – devido às informações da polícia política. Seria impossível. Disse que era uma pena, e fez o possível para que eu conseguisse arranjar uma bolsa do Instituto Nacional de Investigação num campo que me interessava, que é o campo da história da cultura. E aceitei o desafio que ele me propôs, que foi pesquisar a introdução do Positivismo em Portugal.

Acabei por publicar uma parte desses trabalhos em 1977, no primeiro número da revista *História das Ideias*, da qual, por ironia, hoje sou diretor.

MMF: *E como era o campo universitário português nesse contexto de crise da ditadura?*

FC: Vou falar daqueles que eu conhecia melhor: o dos historiadores e o da filosofia. Quanto ao primeiro, prevalecia uma tradição de história erudita e que, em termos cronológicos, o máximo a que chegava era ao século XVIII.

MMF: *História recente, nem pensar.*

FC: A história da Revolução Francesa apenas começava a ser dada. Mesmo alguns dos historiadores que não eram adeptos fervorosos do regime tinham cautela, com medo de serem acusados de, ao lecionarem certas matérias, estarem a fomentar uma cultura de oposição. Mas havia exceções. Em Coimbra, a universidade que eu conheço melhor, a exceção foi precisamente o professor Silva Dias. Ele tinha sido uma figura próxima do regime. Mas, nos anos 60, foi-se afastando. Isso não era muito explicitado em atitudes públicas – há que dizê-lo –, mas, para quem soubesse ler nas entrelinhas, era óbvio que o seu ensino não se encaixava no ideal do Estado Novo. E o professor Silva Dias traduziu isso no campo científico, por exemplo, abrindo uma linha de investigação sobre a Revolução Liberal portuguesa e sobre outros períodos do século XIX. Foi na sequência dessa orientação que, quando entrei nessa linha de investigação, o professor atribuiu-me o estudo da introdução do Positivismo em Portugal. Como no Brasil, tal significou estudar a arqueologia da ideologia republicana.

MMF: *E a influência, por exemplo, de correntes historiográficas marxistas, ou dos historiadores ligados à Revue des Annales, na França? Isso tinha um impacto na formação de vocês?*

FC: Conhecíamos tudo isso. Estou a falar de mim e de um pequeno grupo em que discutíamos essas coisas. Lembro-me do impacto ou da polémica quando apareceram as teses do Garaudy, lembro-me da descoberta do Gramsci, lembro-me das leituras e dos debates a propósito da relação do marxismo com Freud. Depois, obviamente, um grande debate sobre o lugar do marxismo, do ponto de vista político, do stalinismo – ou stalinismos –, as teorias do socialismo num

só país, o trotskismo, o guevarismo, as vias italianas para o socialismo e, depois, o eurocomunismo.

MMF: *E o senhor se sentia próximo dessas linhas, no sentido de utilizar esses autores nas suas leituras ou nas pesquisas que estava iniciando?*

FC: Nós tivemos uma formação muito eclética.

MMF: *Porque aqui no Brasil, por exemplo, nesse período dos anos 60, 70, havia uma forte dominação do marxismo, nos cursos universitários de história e de ciências sociais. Todo mundo tinha que trabalhar com a luta de classe, com os modos de produção. Era uma coisa absolutamente acachapante.*

FC: O peso dessa nomenclatura surgiu, sobretudo, quando apareceram as leituras de Althusser, de Godelier, e, depois, as dos seus divulgadores. Antes da revolução de 25 de abril de 1974, um marxismo elementar influenciou alguns investigadores que estavam próximos do Partido Comunista. Não eram universitários, mas as suas obras tinham impacto nos meios estudantis. Tal como houve uma literatura de resistência (neorrealismo), também houve uma historiografia de resistência. Aparecia-nos como muito esquemática, pois aplicava conceitos como “modo de produção” e “luta de classes”, muitas vezes em termos mecanicistas ou anacrônicos, projetados em períodos históricos nos quais a sua utilização, mesmo para outros marxistas, era muito discutível. Isso se juntava ao eco do renovamento da historiografia europeia, nomeadamente da escola dos *Annales*. E há que sublinhar que, na época, o historiador português de maior projeção era uma figura que não pode ser confundida com aquela corrente. Ele começou na universidade mas teve de ir para a França, onde trabalhou e teve contato com Braudel. Refiro-me a Vitorino Magalhães Godinho. As suas obras eram lidas e representavam a melhor expressão portuguesa da escola dos *Annales*.

No que diz respeito a influências, nomeadamente dos *Annales*, na minha formação, sempre reagi de maneira heterodoxa face às pretensões de reduzir tudo ao económico e ao social. Em última análise, mesmo quando – como é o caso de Braudel e de outros – se rejeitava o que podemos chamar de “metafísica da leitura economicista ou económico-social”, não se deixava de sobrevalorizar o infraestrutural. Como eu vinha de uma formação filosófica, o campo da História que mais me interessou foi o da História Cultural. Este estava sob um olhar suspeito por parte dos que acreditavam haver um paradigma único ou

uma via única de acesso à verdade, e para quem o cultural era um mero epifenômeno do infraestrutural.

MMF: *A história política também padeceu disso, pior ainda...*

FC: A história política padeceu, bem como a história biográfica e toda aquela que, depois dos anos 70, parece ter ressuscitado sob o lema do ‘regresso’, dignificando temas e perspectivas que tinham sido depreciados, como se fossem a efêmera espuma da onda. Claro que essa não era a posição do meu orientador, porque ele estava muito interessado na história política, na história da cultura, na história das correntes do sentimento religioso, na história da Inquisição, na história da Contrarreforma, na história da maçonaria. E não se desejava negar a grande importância da história econômica ou social; o que se queria era afirmar que o caminho das interrogações que se colocam ao passado é um caminho plural e irredutível a cânones ‘cientificistas’. Eu era muito sensível a isso, porque estava a estudar o Positivismo, a matriz desta pretensão.

MMF: *E essa sua opção pelo estudo da República?*

FC: A minha opção pelo republicanismo – como, aliás, por outros temas – tem muito a ver com o ponto de partida da minha investigação para a tese de licenciatura. Como disse, comecei por investigar o Positivismo em Portugal. Como em outros lugares (incluindo o Brasil), isso obrigava analisar o republicanismo, nomeadamente a repercussão da corrente animada por Littré e por outros seguidores ‘heterodoxos’ de Comte sobre a Terceira República francesa. A crença na cientificidade das propostas permitia que os republicanos atacassem a monarquia e a Igreja, em nome das leis da história, semeando uma ideia de esperança com capacidade de sedução, pois se apresentava como cientificamente provada.

MMF: *Havia um traço de história política, também, no seu trabalho.*

FC: Sim, claro. Porque isso está muito ligado à gênese do próprio Partido Republicano em Portugal.

MMF: *Havia muitas dificuldades para o enraizamento desse partido, não? A minha tese de doutorado também foi sobre a implantação da República, a Primeira República, aqui no estado do Rio de Janeiro, a antiga Província Fluminense*

se. E o que se detecta é uma dificuldade muito grande de penetração dessas ideias republicanas, para além de determinados grupos de intelectuais, de jornais.

FC: Nos seus primórdios, foi um movimento de intelectuais, que se empenhou numa propaganda mais teórica. E, se esta empolava a questão do regime, também a conectava com a questão religiosa e com a questão social, até para não deixarem o campo aberto aos apóstolos do socialismo, com denúncias, a partir da ética republicana, da corrupção do regime e dos vícios do sistema partidário que sustentava a monarquia constitucional. Esses núcleos souberam criar instrumentos sociabilitários que eu estudei e que foram, essencialmente, estes: a instalação, nas principais cidades, sobretudo em Lisboa, de centros republicanos que eram, simultaneamente, centros escolares, isto é, embriões da escola laica que o movimento defendia. Eles promoviam, igualmente, conferências; e, claro, quando começaram a concorrer em eleições, sobretudo a partir de 1878, funcionaram como centros eleitorais. Isso possibilitou que o pequeno núcleo de intelectuais republicanos ganhasse algum prestígio público, tanto mais que a sua ação não era exclusivamente publicística. Souberam compreender a importância dos ritualismos cívicos na mobilização popular. E a primeira grande oportunidade foi oferecida pela comemoração, em 1880, do terceiro centenário da morte de Camões. Ora, o Positivismo dava o fundamento teórico para a teoria das comemorações. Mais especificamente, ele permitia uma leitura historicista de caráter progressivo, e não de caráter regressivo, pois convocava algo que, na mitologia portuguesa, era tido como período áureo: os Descobrimentos. Evocação e invocação que facilitava o contraste com a época contemporânea e com a sua decadência.

MMF: *É quando o senhor começa a se interessar pela temática das comemorações?*

FC: Sim. Aliás, o meu ensaio “Os inícios do Positivismo”,² de 1977, já tem um subcapítulo sobre as comemorações de Camões, que eu, depois, iria desenvolver. Por sua vez, o republicanismo foi acasalando aquilo a que podemos chamar a “herança do patriotismo jacobino” com certo nacionalismo, e até com certo ideal de renascimento do Império, porque o seu aparecimento também coincide com uma nova política colonial das grandes potências europeias – o Congresso de Berlim (1885) – e com o desígnio português de ligar Angola a Moçambique. Depois, as exigências britânicas de acesso livre ao porto de Maputo – anterior-

mente, Lourenço Marques –, consumadas no chamado “ultimato”, revelaram quanto era grande o desfasamento entre o que se teria sido e o que se era.

Como resposta à culpabilização da monarquia, no Porto, em 31 de janeiro de 1891, os republicanos realizaram a primeira intentona que fracassou. Mas, isso tudo é sinal de que o movimento ia crescendo, e mostra que o próprio republicanismo também ia se ‘nacionalizando’, fazendo uma articulação muito estreita entre promessas renovadoras e sonhos imperiais, isto é, sonhos de ressuscitação nacional. A derrota irá provocar um período de refluxo. Porém, nos meados da primeira década do novo século, a crise do regime acentuou-se. O seu sistema bipartidário fragmentou-se e a questão social ganhou maior relevância, o que levou ao aumento da influência anarquista. O rei recorreu à chamada “ditadura administrativa”. Ora, nesse mundo revolto, serão os republicanos a tirar o melhor partido, correlacionando a questão do regime com a questão social e com a questão religiosa, e entrando na via revolucionária que culminará em 5 de outubro de 1910.

Para esse sucesso muito contribuíram duas outras associações não diretamente republicanas. Uma foi a Carbonária; a outra, a Maçonaria, conjunto que formava uma espécie de sistema de vasos comunicantes, sobretudo em Lisboa. A Maçonaria cresceu muito, em termos relativos, em Portugal, nomeadamente na capital, mas alargou-se às elites mais politizadas de outras cidades, e desde os finais do século XIX, e depois de maneira mais acelerada, nos princípios do século XX, ela republicanizou-se. Também senti a necessidade de pesquisar sobre tudo isto.

MMF: *Nesse momento, o seu estudo primordial do republicanismo é sobre as origens do desenvolvimento das ideias republicanas...*

FC: Sobre a origem das ideias que vão levar à revolução republicana, de 5 de outubro de 1910, cujo centenário será comemorado em breve.

MMF: *Quais autores teóricos orientavam a sua pesquisa? O senhor fala já da ideia de comemoração, um tema que as pessoas passaram a desenvolver, ao menos no Brasil, mais tarde.*

FC: Para estudar o Positivismo em Portugal, tive de ler Augusto Comte todo, desde o *Curso de filosofia positiva* ao *Sistema de política positiva*, até o *Catecismo positivista*. E importa lembrar que ele foi o primeiro grande teórico das comemorações. E cedo percebi que não era necessário ser-se positivista ‘orto-

doxo' e aceitar-se a religião da Humanidade proposta por Comte, para se aderir, na linha da religião civil de Rousseau, à importância dos ritos e dos símbolos no fomento de relações sociais mediadas mais pelo sentimento do que pela razão. Daí que se encontre uma militante presença de positivistas 'heterodoxos' na promoção de festas cívicas e, em particular, de comemorações de 'grandes homens' e 'grandes acontecimentos'.

De certa maneira, pode dizer-se que uma comemoração encena a divisa comteana segundo a qual os mortos devem governar os vivos. Porém, se o positivismo contrarrevolucionário dos futuros integralistas, a começar por Charles Maurras, irá fazer uma leitura passadista dessa palavra de ordem, no comemoracionismo cívico a evocação seletiva do passado é comandada pela crença na ideia de progresso indefinido e, por conseguinte, objetiva as características nucleares da concepção moderna de tempo. Esse setor foi, portanto, muito sensível à utilidade das "ritualizações da história". E o seu grande paradigma estava na política de memória posta em prática pela III República francesa.

MMF: *Como essa discussão se concretizou em Portugal?*

FC: Como disse, quando, nos meados da década de 1970, andava a estudar o Positivismo em Portugal, apercebi-me da importância que, em 1880, tinham dado às comemorações de Camões, efeméride que envolveu milhares de pessoas em "procissões cívicas". Algo de parecido, conquanto a uma escala menor, se deu, em 1882, com o centenário da morte do marquês de Pombal. Alarguei o assunto na minha tese de doutoramento (1988) e, depois, num dos capítulos da *História da História em Portugal*, que designei por "Ritualizações da História".³ Quer isto dizer que tratava do tema antes de o grupo liderado por Pierre Nora lhe ter dado o merecido relevo em *Lieux de mémoire*, obra que começou a sair em 1984.

Diria que a minha escola nesta matéria foi a 'leitura das fontes' e a eleição de Comte como um sintoma das necessidades que todos os Estados-nação têm de segregar uma religião civil. Quando saiu o primeiro volume da obra coordenada por Nora, felizmente, eu tinha a tese em computador. Se ela tivesse aparecido antes, eu talvez tivesse reestruturado a sua segunda parte, que trata da morte e das comemorações, de uma maneira mais sistemática e, sobretudo, mais comparativa.

MMF: *Essa discussão de memória, de comemorações, de lugar do indivíduo na história, durante muito tempo foi um pouco interdita. Aqui no Brasil muito, na França também. Todos os historiadores dos Annales privilegiavam muito a longa duração, a história quantitativa, a história estrutural. E trabalhar com eventos e com conjunturas na curta duração era algo que criava certo desconforto. Na verdade, é nos anos 80 que começamos a ver essa renovação, a volta da história política, a história cultural.*

FC: Eu nunca vivi essa metamorfose sob o drama de ter de fazer grandes revisões, nem sob a pretensão de ter sido precursor. E sempre acasalei política e cultura. Aquilo que depois se vai chamar de “cultura e mentalidade”. Não digo que sempre procurei a longuíssima duração, mas, também no campo da história da cultura elegi períodos com relativa lonjura para perceber como é que certos movimentos se foram estruturando. Sempre fui muito sensível à tática e aos exageros usados pelos que pretendem apresentar-se como ‘novos’. E a produção do vanguardismo historiográfico não é muito diferente dos mecanismos de afirmação dos vanguardismos literários. E por isso é que também comecei a fazer a história da historiografia.

MMF: *Que é uma forma de compreender e de ter acesso às concepções da história.*

FC: E de compreender o Positivismo também. O Positivismo do século XIX não é o Positivismo da ciência, o Positivismo lógico. Ele é um ‘historicismo’ que vestiu as roupas do cientificismo. Intentei compreender a cultura romântica e estudei muito Alexandre Herculano. É que, no fundo, interpretamos, sempre, não só em função do nosso presente, dos problemas que colocamos, mas também em função das interpretações que já existem sobre algo que se aproxima daquilo que queremos representificar. Daí que seja de boa regra um bom historiador fazer um levantamento bibliográfico sobre o seu objeto. Ora, com isso, ele está informalmente a fazer ‘história da historiografia’ no interior da própria investigação. Pelo que esta também é uma ‘interpretação das interpretações’.

MMF: *Mas voltemos a falar de sua carreira. O senhor foi para esse centro de pesquisa, onde começou a desenvolver os trabalhos sobre a história republicana, sobre Positivismo e republicanismo, e durante esse período não havia chance de*

ingressar na universidade. E não pensou em sair de Portugal nesse período? Muitas pessoas saíram de Portugal, foram para outros países.

FC: Pensei em sair. Não por razões de ir ali buscar uma formação, embora essa fosse uma oportunidade a considerar. Mas o que me levou a pensar seriamente em tal alternativa foi minha incorporação forçada, com mais 48 colegas, no serviço militar, em outubro de 1969, na sequência da crise acadêmica. Quando o grupo discutiu a atitude a tomar em relação à guerra, obviamente éramos todos contra ela. Alguns, passado um tempo, foram para o exílio.

MMF: *Nessa época eu passei um período de estudos na Inglaterra, e conheci muitos portugueses que se haviam exilado.*

FC: Sim, mas existiam divergências quanto ao momento adequado. Os mais próximos da linha do Partido Comunista sustentavam uma diretriz que para os outros era irrealista: devia-se aceitar a mobilização para África e só então desertar. Outros não pensavam fazê-lo. E havia outros – esta era a minha posição – que, no dia em que fossem mobilizados para a guerra, iriam embora. Mas acabei por não ser mobilizado. Acabei por fazer o serviço militar sempre em Portugal. Quando o terminei, fiquei na expectativa e, como afirmei atrás, a viver de uma bolsa de pesquisa.

MMF: *E o senhor ficou nessa situação até 1974.*

FC: Até a revolução de 25 de abril. É evidente que não havia somente obstáculos políticos, que eu conhecia oficiosamente, por mais vontade que tivesse o professor Silva Dias em propor-me para seu assistente. Depois, tudo isso mudou. Além do mais, houve também uma espécie de *boom* de procura de formação universitária, incluindo a de história. O que exigiu o alargamento de quadros e a renovação do corpo docente. Eu fui um beneficiário indireto dessa nova situação.

MMF: *E como era o ingresso na universidade, na ocasião em que o senhor entrou?*

FC: Havia essencialmente um convite de um professor catedrático. Era uma iniciativa que tinha de ser aprovada pelo conselho científico. E havia esta outra ‘formalidade informal’: a proposta acabava por ir à polícia política, e esta é que dava o parecer definitivo. Claro que isso acabou com a revolução.

MMF: *Nesse momento, o encaminhamento para o doutorado ainda não tinha ocorrido, o senhor ainda estava fazendo pesquisa.*

FC: Estava a terminar a minha tese de licenciatura sobre o Positivismo em Portugal. Só que, depois de já eu ter entrado na universidade, houve a primeira reforma democrática, que eliminou a obrigatoriedade daquela dissertação. Esta passou a ser optativa. Sem ela, podia-se ter acesso ao doutorado. Nessa altura, também não havia cursos nem de mestrado nem de doutorado, e decidi não continuar com a dissertação. Mas, publiquei uma parte dessa minha investigação, “Os inícios do Positivismo em Portugal”,⁴ em 1977, na revista *História das ideias*. Para o doutoramento, o orientador continuou a ser Silva Dias.

MMF: *O mesmo professor com quem o senhor sempre esteve ligado. E a escolha do tema do doutorado se manteve em relação à questão do republicanismo?*

FC: Sim. O tema consistiria em aprofundar o Positivismo em Portugal, a partir de uma história biográfico-intelectual de um dos seus introdutores, hoje muito esquecido, Manuel Emidio Garcia, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra nas décadas de 1860 a 1890. Só que acabei por fazer outra coisa. Minha tese chama-se *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal*. Foi um trabalho que comecei a elaborar nos finais da década de 1970 e durante os anos 80. Eu o apresentei em 1988 e até hoje só publiquei fragmentos dele. De um deles, fiz um livro chamado *O céu da memória*,⁵ onde autonomizei a parte concernente às repercussões do movimento que Vovelle chamou ‘descristianização’. Eu o articulei, em função do período e do objeto que estudava, com os conceitos de laicidade e de secularização. Conceitos esses que, depois, viriam a ser tema do penúltimo livro que publiquei, em 2006, mas agora num âmbito comparativo e alargado à Europa e aos Estados Unidos da América: *Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil*.⁶

Minha tese cruzava problemáticas oriundas da história das ideias, da história da cultura, da história das mentalidades, da história política. E procurava responder a esta pergunta: por que é que o Positivismo e o cientificismo não foram só uma posição de mera história intelectual? Havia um projeto político, a começar pela revolução das mentalidades, que se devia traduzir em atitudes e comportamentos. Sendo assim, estudei a luta pela introdução do registo civil obrigatório, os movimentos a favor da secularização dos cemitérios, dos fune-

rais civis, as promoções de romagens cívicas e de comemorações. Quando apresentei o plano ao meu orientador, aliás já em boa parte concretizado, ele ficou um pouco surpreso mas achou-o muito interessante. E fui em frente.

MMF: *Na realidade, muitas dessas ideias foram desenvolvidas numa conjuntura que não era muito favorável a esse tipo de coisa.*

FC: Sim.

MMF: *É interessante. A minha carreira tem um pouco disso. Comecei a trabalhar com história política no começo dos anos 80. E trabalhar com história política, com partidos, com indivíduos, com trajetórias, temas pouco valorizados...*

FC: Alguns olhavam de lado. Parecia que nos viam como anacrónicos e não científicos.

MMF: *Aqui no Brasil isso era muito forte, porque predominava uma visão na qual não havia muito lugar para os indivíduos. E com o ingresso na universidade, a feitura do doutorado, como é que o senhor sentiu a experiência docente? Afinal, o senhor teve uma carreira de pesquisador durante vários anos.*

FC: Fui exclusivamente pesquisador por uns três anos, e depois me tornei docente. Com entusiasmo, porque gosto de dar aulas e penso ter facilidade para comunicar ideias oralmente. Comecei a sentir isso quando me defrontei com anfiteatros, naquela altura, completamente cheios, às vezes com duzentos alunos. Como era a época do processo revolucionário, as pessoas estavam muito ativas, muito entusiasmadas. Confirmou-se o gosto e transformei-me num docente-pesquisador. No ano passado, tive dezesseis horas por semana de aulas. Investigar sem ensinar é um dualismo que amputa as duas atividades, mas também ensinar sem pesquisar empobrece o professor e o aluno. E não se pode mutilar a formação do estudante e ensinar só aquilo que se investiga. Por outro lado, se, na linguagem académica tradicional, lente é aquele que lê, então, eu sou um professor que nunca chegará a lente. Como dou as aulas a pensar alto e com outros, há em certos momentos como que um clique, e surge uma ideia que não tínhamos pensado sozinhos. Dar aulas com entrega pode ser um ato criativo. Portanto, um momento alto de recompensa cívica e intelectual.

MMF: *O senhor começa dando aulas na graduação, uma vez que não havia cursos de mestrado e de doutorado em Portugal?*

FC: Exatamente. Os cursos eram de cinco anos. Mais tarde, não lembro em que ano, houve uma reforma e as licenciaturas passaram para quatro. O mestrado e o doutorado, como cursos, começaram a funcionar nos últimos quinze anos, mas a sua generalização só se processou nos últimos, com o chamado “Sistema de Bolonha”, nomeadamente com a transformação do doutorado em curso. Porque, por exemplo, ainda tenho orientandos que estão no sistema tradicional.

MMF: *Aqui no Brasil, já há muito tempo é preciso fazer a prova para entrar no doutorado; há uma banca, o candidato faz uma série de cursos...*

FC: O nosso exige a candidatura, mais dois anos de parte escolar e mais um para se redigir a tese, embora este último prazo possa ser alargado. E eu dou aulas no primeiro, no segundo e no terceiro ciclo.

MMF: *Professor, eu fiz uma pesquisa sobre a sua trajetória, em textos seus e também na Internet. O senhor começou lecionando nessa área de história cultural e história política, disciplinas ligadas a essa temática. Mas a partir de determinado momento o senhor vai se direcionando para a área de teoria da história e de historiografia.*

FC: Eu diria que são coisas simultâneas. Quando entrei, em 1974, disseram-me: “Você tem que dar aulas teóricas, pois não temos docentes”. E fui dar uma disciplina chamada Epistemologia das Ciências Humanas. Assim, essa preocupação com a teoria, com as questões epistemológicas, existe desde o início da minha carreira. E julgo que o emergido nos últimos tempos é coerente com aquilo que há pouco eu afirmei sobre as relações entre o investigar e o ensinar. Sustento que um docente que ensina durante muitos anos uma disciplina tem obrigação de escrever sobre ela. Não digo fazer a velha *sebenta* – a apostila – ou um manual, mas, pelo menos em relação ao núcleo duro daquilo que foi a estrutura do seu curso, deve passar para escrito a sua recepção mais pessoalizada das leituras que está fazendo. Ele deve publicar as suas reflexões e conclusões, não só para os seus alunos, mas para a comunidade em geral. Por exemplo: se eu investigava sobre a memória, se, nas introduções a alguns trabalhos de investigação, fazia incursões na sociologia da memória, na antropologia da memória, por que é que eu não haveria de escrever um ensaio sobre a memória?

Em 1999, Sandra Pesavento convidou-me a ir a Porto Alegre, participar de um ciclo de palestras sobre o novo milênio, e ela desafiou-me a sistematizar algumas das minhas ideias sobre aquele tema. Aceitei e fiz então uma comunicação que tinha, precisamente, o título “Memória, história e historiografia”.

MMF: *Esse texto é bem conhecido no Brasil.*

FC: Saiu em 1999 aqui, depois publiquei-o em Portugal. Mas, voltando ao meu percurso. A par de disciplinas da área de história contemporânea, com o desaparecimento da cadeira de Epistemologia das Ciências Humanas comecei a lecionar Teoria da História, hoje subdividida em dois semestres: Teoria da História e Historiografia. Também escrevi sobre isso. O que, em 2009, deu origem ao meu último livro, *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da História*,⁷ onde retomo aquele ensaio e um outro, que publiquei em Coimbra em 2003, chamado *Os caminhos do fim da História*.⁸

MMF: *Nos últimos anos, o senhor vem ampliando muito as suas relações no Brasil. Os nossos historiadores recebem muito bem o seu trabalho, há muita afinidade com ele. Como é que se desenvolveu o seu contato com a historiografia brasileira e com os pesquisadores brasileiros, a partir de quando e privilegiando que temáticas?*

FC: Enquanto estudante eu lia ensaístas brasileiros como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Josué de Castro. E lia literatura brasileira. Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Jorge Amado, Graciliano Ramos, sobretudo. Em relação ao intercâmbio com a comunidade historiográfica, iniciou-se há vinte anos. Desde 1989, precisamente, por causa das comemorações do segundo centenário da Revolução Francesa. Foi um grande evento, aqui no Rio e em São Paulo. Pouco depois, juntamente com dois colegas da minha universidade, vimos aprovado um projeto que culminaria na publicação de uma história da história em Portugal e no Brasil. O núcleo de colegas brasileiros era liderado pelo professor Francisco Falcon. Na sequência desse debate, os três elementos portugueses publicaram, em 1996, a *História da História em Portugal*.

Depois, também comecei a ter orientandos ou co-orientandos brasileiros, bem como a dar aulas e a proferir conferências nas principais universidades do Brasil. Fazendo uma retrospectiva, são indesmentíveis as grandes mudanças ocorridas, incluindo na comunidade historiográfica brasileira, que penso ser muito

rica. Graças à tradição das ciências humanas no Brasil, o diálogo com as ciências sociais, nomeadamente com o campo da sociologia e da antropologia, foi muito mais precoce do que em muitos países europeus. Por outro lado, as diversidades do país e o seu horizonte de oportunidades estão a gerar um movimento ascendente que entusiasma. Às vezes, os jovens historiadores brasileiros me fazem lembrar os meus inícios, quando, no período revolucionário, os jovens portugueses só viam o futuro. Nessa época, eu diria que todos estavam imbuídos de um ‘entusiasmo épico’; agora, mesmo aqueles que conseguem se entusiasmar, têm um ‘entusiasmo triste’. Isso eu não vejo no Brasil. Vejo que há perspectiva e um corpo docente atualizado, que dialoga com os problemas de vida e que interroga a história também, nesta dialética em que a vida também é mestra da história. Quer nas conferências, quer nas aulas e depois, nos debates, vejo as perguntas que formulam como algo muito positivo.

MMF: *Como o senhor vê a participação da comunidade universitária, dos professores e pesquisadores da universidade, em relação ao ensino escolar? Como vê a relação entre a comunidade acadêmica, científica, e o ensino da história na escola, os livros didáticos?*

FC: Depende dos períodos, e depende também de como o Estado administra a formação dos professores. Até há pouco tempo os licenciados iam para as escolas fazer aquilo que chamamos ‘estágio’. Porém, eles estavam em conexão com as faculdades, e havia docentes que, em certos dias, iam assistir às aulas deles. Portanto, havia controle e debatiam essas questões do ponto de vista da sala de aula. E eles frequentavam, na faculdade, seminários científico-pedagógicos. Isso foi alterado recentemente. Quando vigorava esse sistema, eu diria que, nesse aspecto, o *gap* não era tão grande.

No que diz respeito aos meios de estudo, não há grande tradição de professores universitários e investigadores fazerem manuais escolares. São sobretudo professores do ensino pré-universitário os autores dessas sínteses, em função de linhas programáticas que o Ministério da Educação e a União Europeia definem. Além disso, hoje não há um sistema único, os professores fazem suas contribuições para os manuais que devem ser adotados na sala de aula.

Quanto aos conteúdos, houve discussões envolvendo até a Associação dos Historiadores Portugueses. É que, para dar lugar a disciplinas ligadas às tecnologias, por exemplo, a carga horária de História tem diminuído. O ataque foi de tal intensidade que chegou-se a aventar a hipótese de acabar-se com a Filosofia

no ensino secundário, mas felizmente isso não vingou. E temos, ainda, uma preocupação que é transversal aos professores universitários e aos professores de ensino secundário: saber qual o lugar específico dos temas da história portuguesa na própria formação da memória histórica. Diríamos que hoje a política da memória do Estado-nação tende a ser restringida, em nome de uma estratégia que visa colocar a história do Estado-nação como ilustração concreta de algo que se quer construir originariamente, que é uma certa ideia da Europa.

MMF: *A história da nação declina em favor de uma unidade europeia?*

FC: Sim, em última análise. Em favor de uma entidade que necessita de ser reinventada para que se possa cimentar. São esses os sintomas que às vezes preocupam, não porque os historiadores estejam eivados de qualquer nacionalismo, mas porque estão conscientes deste dilema: qual é o melhor caminho pedagógico a seguir: do todo para a parte, ou da parte para o todo? E o problema das identidades culturais? Elas se constroem, desenraizando-se? Estas são, de maneira muito sintética, as preocupações que eu considero comuns a todos os professores de história, incluindo os professores universitários.

MMF: *A partir dessas suas observações, percebe-se um esvaziamento ou pelo menos uma tentativa de esvaziamento da área dos estudos das humanidades. Na França, a reforma de Sarkozy, a reforma do ensino secundário, a reforma educacional, é exatamente no sentido de restringir o papel das humanidades de maneira geral. Como o senhor vê isso? Quais são os perigos que isso traz para a sociedade? Qual o lugar das humanidades na formação do jovem, hoje?*

FC: Eu não queria utilizar o chavão da tecnocracia, mas a verdade é que essa hegemonia da formação técnica irá produzir efeitos no modo como os indivíduos correlacionam o seu lugar face ao espaço e ao tempo. Porque a tecnologia é por definição a-histórica, logo, desmemoraliza. Recorde-se o momento em que o presidente Mitterrand tomou consciência de que o ensino da história que privilegiava a estrutura e o económico-social estava a fomentar a amnésia. Hoje, a situação é diferente porque já não se trata de uma querela no interior da orientação das ciências humanas; trata-se da hegemonia de outro campo, que lhes é exterior e que quer absorver os espaços formativos. A técnica esquece-se que é sempre filha de uma atitude crítica; é sempre filha da teoria. E um ensino meramente técnico acaba por cair num outro erro e trazer outro perigo,

ao pôr a especialização antes da formação de caráter geral. Em razão da rentabilidade da própria técnica, a sua sobrevivência está no seu permanente renascimento. Um ensino técnico, ao conduzir ao ensino especializado, pode, no fundo, estar a criar analfabetos, problema que só uma formação contínua poderá superar. E convém frisar que tanto a técnica como as teorias e as ciências que as fundamentam são também ‘ciências do homem’. Logo, se o ensino não fornece a gramática necessária à permanente releitura do mundo e dos desafios novos que o mundo traz – só possível com formações de caráter mais generalista e mais humanista –, ele corre o risco de estar sempre a ser ultrapassado. As ciências humanas estão a ser vítimas do império do fetiche da técnica e de uma ideia encantada sobre os efeitos da globalização. É verdade que os discursos políticos justificadores da própria globalização, ou da criação de estruturas pós-nacionais ou transnacionais, prometem salvaguardar as entidades intermédias, incluindo as identidades nacionais e regionais. Ora, a técnica só constrói homogeneidades. Consequentemente, uma globalização que, no fundo, queira compatibilizar o universal com o particular não pode ter por único suporte um dos veículos da universalização; tem de pedir ajuda a outros saberes, que podem ser menos pragmáticos e rentáveis nos mercados, no curto prazo, mas que são fundamentais para reforçar sociabilidades e para criar políticas de inclusão e de sentimentos múltiplos de pertença com sentido. Porque, pertencer só a algo que seja uma abstração, é não pertencer a nada. Nós só pertencemos a uma abstração pertencendo, simultaneamente, a vários graus de concretização do universal.

MMF: *Professor, a Revista Brasileira de História agradece sua gentileza em nos receber.*

NOTAS

¹ Transcrição: Lia Carneiro da Cunha; edição de texto: Armando Olivetti.

² CATROGA, Fernando. Os inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político social. *Revista de História das Ideias*, Coimbra: Universidade de Coimbra, v.1, 1977.

³ CATROGA, Fernando. Ritualizações da História. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal (Séculos XIX-XX)*: da historiografia à memória histórica. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p.221-361.

⁴ CATROGA, Fernando. Os inícios do Positivismo em Portugal..., cit., 1977.

⁵ CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva, 1999.

⁶ CATROGA, Fernando. *Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2006.

⁷ CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009.

⁸ CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003.